



Poder Legislativo  
**PIRES DO RIO**

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 10/2026**

*“Requer do Poder Executivo o encaminhamento de informações e documentos acerca do descongelamento dos direitos dos servidores públicos municipais que foram suspensos ou restringidos durante o período da pandemia.”*

**Egrégio Plenário,**

O Vereador que ao final subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e institucionais, apresenta **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**, para que o Poder Executivo Municipal remeta a esta Casa de Leis as seguintes informações:

1. Seja informado como está a situação atual do descongelamento dos direitos dos servidores públicos municipais que foram congelados durante o período da pandemia;
2. Seja esclarecido se o Poder Executivo já iniciou algum procedimento administrativo para regularizar esses direitos;
3. Seja informado quais direitos dos servidores foram atingidos pelo congelamento e quais já foram descongelados, se houver;
4. Seja esclarecido se existe previsão de data para a efetivação do descongelamento dos direitos ainda pendentes;
5. Caso ainda não haja data definida, seja apresentada a justificativa e informado se há planejamento para a regularização;
6. Seja informado se existe estudo de impacto financeiro ou previsão orçamentária para a efetivação do descongelamento;
7. Seja encaminhada cópia de eventual documento, parecer, processo administrativo ou estudo técnico referente ao assunto.

Justifica-se o presente requerimento em razão da necessidade de obter informações oficiais sobre a situação atual do descongelamento dos direitos dos servidores públicos municipais atingidos durante o período da pandemia.

A matéria é de relevante interesse público, pois envolve direitos funcionais dos servidores municipais e compromisso anteriormente anunciado pelo Poder Executivo quanto à regularização da situação.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, Plenário  
Vereador Libório Silva Neto, em 12 de maio de 2026.**

Vereador **GLÊICK SILVA**

*Assinado Digitalmente – Validade Jurídica assegurada conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).*